

A POLÍTICA NACIONAL DE ENSINO MÉDIO (PNAEM): RECONSTRUÇÃO E AÇÃO

*THE NATIONAL POLICY FOR UPPER SECONDARY
EDUCATION (PNAEM): RECONSTRUCTION AND ACTION*

SHEILA MARIA IRINEU DE SOUSA LIMA

Mestranda em Ciências da Educação
Universidad Del Sol (UNADES)
Cidade Del Leste, Alto Paraná - Paraguai

JONAS MARTINS DE LIMA FILHO

Mestre em Ciências da Educação
Universidade Del Pacífico (UP)
Itapipoca, Ceará, Brasil

RESUMO

A pesquisa teve como ponto de partida o desafio de compreender de que modo a Política Nacional de Ensino Médio (PNAEM) se constitui como estratégia de reconstrução e ação no âmbito educacional brasileiro. O objetivo central foi analisar a configuração normativa da política, relacionando-a tanto aos documentos oficiais do Ministério da Educação quanto às orientações internacionais da Unesco, que estabelecem parâmetros de qualidade, equidade e sustentabilidade para a educação básica. O estudo fundamentou-se em referencial teórico voltado à concepção de formação integral e à articulação entre currículo, políticas públicas e agendas globais de desenvolvimento, assumindo como método a revisão integrativa da literatura, por meio da análise de resoluções, pareceres, relatórios institucionais e produções científicas. Os resultados evidenciam que a PNAEM organiza-se em torno da consolidação da BNCC, da implementação de itinerários formativos ampliados e da aproximação com compromissos internacionais, apontando avanços no campo curricular, mas também revelando desigualdades regionais, desafios estruturais e necessidade de acompanhamento permanente. Conclui-se que a política representa um marco na tentativa de reposicionar o Ensino Médio brasileiro, oferecendo novas perspectivas para a prática pedagógica e para a gestão educacional, embora sua efetividade dependa de recursos adequados, da valorização docente e da integração entre formulação e execução. As implicações da pesquisa indicam que a consolidação da PNAEM pode contribuir significativamente para os debates acadêmicos e para a elaboração de estratégias voltadas ao fortalecimento da educação básica no país.

Palavras-chave: Política Nacional de Ensino Médio; Reconstrução; Ação; Educação Básica.

ABSTRACT

The research stemmed from the challenge of understanding how the *National Policy for Upper Secondary Education* (PNAEM) is constituted as a strategy for reconstruction and action within the Brazilian educational context. The main objective was to analyze the normative configuration of the policy, linking it both to the official documents of the Ministry of Education and to UNESCO's international guidelines, which establish parameters of quality, equity, and sustainability for basic education. The study was grounded in a theoretical framework focused on the concept of holistic education and the articulation between curriculum, public policies, and global development agendas, adopting an integrative literature review as its methodological approach. This involved the analysis of resolutions, reports, official opinions, and scientific publications. The results show that the PNAEM is organized around the consolidation of the *National Common Curricular Base* (BNCC), the implementation of expanded formative itineraries, and alignment with international commitments. These elements indicate advances in the curricular field, while also revealing regional inequalities, structural challenges, and the need for continuous monitoring. The study concludes that the policy represents a milestone in the attempt to reposition Brazilian upper secondary education, offering new perspectives for pedagogical practice and educational management, although its effectiveness depends on adequate resources, teacher appreciation, and the integration between policy design and implementation. The research findings suggest that the consolidation of the PNAEM can significantly contribute to academic debates and to the formulation of strategies aimed at strengthening basic education in Brazil.

Keywords: National Policy for Upper Secondary Education; Reconstruction; Action; Basic Education.

INTRODUÇÃO

O Ensino Médio ocupa um lugar estratégico no percurso educacional, pois representa a etapa final da educação básica e articula a preparação para a cidadania, o ingresso no ensino superior e a inserção no mundo do trabalho. Nos últimos anos, a necessidade de reconfigurar essa etapa tornou-se evidente diante de desafios relacionados à qualidade da aprendizagem, à permanência dos estudantes e à adequação curricular às demandas sociais.

Em resposta, o Brasil instituiu a Política Nacional de Ensino Médio (PNAEM), formalizada pela Lei nº 14.945/2024, que busca promover um processo de reconstrução das diretrizes desta etapa de ensino, orientando sua ação em consonância com as exigências educacionais do século XXI (Brasil, 2024).

A relevância científica e social desse debate é ampla, visto que a formação ofertada no Ensino Médio influencia diretamente a capacidade dos jovens de participar de forma autônoma e qualificada da vida social. Estudos e relatórios internacionais, como os produzidos pela Unesco, reforçam a necessidade de alinhar políticas educacionais às metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4), que defende uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade em todos os níveis (Unesco, 2024).

Nesse sentido, compreender os fundamentos e as estratégias da PNAEM significa também dialogar com a agenda global de transformação educacional, considerando que a reconstrução do Ensino Médio brasileiro está inserida em um movimento internacional que valoriza inovação curricular, formação integral e sustentabilidade (Unesco, 2025).

A justificativa para a escolha do tema decorre da centralidade que a PNAEM assume no cenário atual, marcado pela necessidade de rever concepções pedagógicas e garantir coerência entre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A Resolução CNE/CEB nº 2/2024 estabeleceu novas orientações para o Ensino Médio, reafirmadas por relatórios e pareceres de 2025, como o Parecer CNE/CEB nº 7/2025 e o Relatório PCEB 007/2025, que trazem diretrizes operacionais para os Itinerários Formativos Ampliados (Brasil, 2024; 2025).

Entretanto, ainda existem lacunas na literatura quanto à análise da efetiva implementação dessas mudanças, em especial no que se refere ao equilíbrio entre componentes comuns e flexíveis, às condições de oferta em diferentes redes de ensino e à articulação com políticas de equidade.

Assim, torna-se necessário investigar em que medida a PNAEM representa não apenas um marco legal, mas também uma estratégia de ação capaz de promover transformações no cotidiano escolar. A ausência de estudos aprofundados que sistematizem os primeiros desdobramentos dessa política, especialmente após as atualizações normativas de 2024 e 2025, constitui a principal lacuna que este trabalho busca preencher.

Ao mesmo tempo, pretende-se contribuir para o debate acadêmico e político sobre como alinhar diretrizes nacionais às recomendações internacionais de qualidade educacional, incluindo

iniciativas voltadas à inovação curricular e à integração de competências essenciais ao desenvolvimento sustentável (Unesco, 2025).

Diante desse contexto, a pergunta de pesquisa que orienta este estudo é: como a Política Nacional de Ensino Médio (PNAEM) se estrutura como processo de reconstrução e ação, considerando suas diretrizes normativas e os compromissos assumidos pelo Brasil frente à agenda educacional internacional?

A partir dessa questão, o objetivo geral da pesquisa consiste em analisar a PNAEM como um movimento de reconfiguração das diretrizes e práticas do Ensino Médio, identificando seus fundamentos legais, suas estratégias de implementação e sua articulação com agendas educacionais globais.

O estudo propõe, portanto, compreender a política não apenas como texto normativo, mas como eixo organizador de ações que afetam diretamente escolas, professores e estudantes, contribuindo para o fortalecimento de um modelo de ensino médio mais coerente, inclusivo e alinhado às demandas formativas do presente.

REFERENCIAL TEÓRICO

Fundamentos legais e conceituais do Ensino Médio no Brasil

O Ensino Médio brasileiro passou por transformações importantes nas últimas décadas, em resposta às demandas de uma sociedade em constante mudança. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece que essa etapa deve consolidar aprendizagens essenciais, promover o desenvolvimento integral e articular a formação para a cidadania e para o mundo do trabalho (BRASIL, 2018–2025). A BNCC orienta a integração de competências cognitivas, socioemocionais e culturais, superando uma lógica centrada apenas na transmissão de conteúdos.

Nesse cenário, a Política Nacional de Ensino Médio (PNAEM), instituída em 2024, representa um marco regulatório ao reunir princípios e diretrizes para a reestruturação curricular e organizacional do Ensino Médio (Brasil, 2024). A política introduz a noção de itinerários formativos ampliados, reforçando a flexibilidade e a personalização do percurso escolar, em consonância com a ideia de formação integral.

Reconstrução das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio

A aprovação da Resolução CNE/CEB nº 2/2024 redefiniu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, atualizando-as em sintonia com a PNAEM. Essa norma reforça

a importância da flexibilidade curricular e do protagonismo estudantil, permitindo que os jovens escolham percursos formativos conforme seus interesses (Brasil, 2024).

Os documentos posteriores, como o Parecer CNE/CEB nº 7/2025 e o Relatório PCEB 007/2025, explicam os mecanismos de operacionalização dessa mudança e indicam ajustes necessários nas redes de ensino (Brasil, 2025). A literatura especializada evidencia que reformas dessa natureza somente produzem resultados efetivos quando acompanhadas de políticas de formação docente, recursos adequados e acompanhamento contínuo.

A PNAEM busca justamente superar experiências anteriores marcadas por implementação fragmentada e ausência de coerência entre diretrizes e condições reais das escolas.

Articulação da PNAEM com agendas internacionais

O movimento de reconstrução do Ensino Médio brasileiro não ocorre de forma isolada, mas dialoga com compromissos assumidos pelo país em fóruns internacionais. A Unesco tem reiterado a necessidade de alinhar políticas educacionais às metas globais da Agenda 2030, sobretudo ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4), que trata da educação inclusiva, equitativa e de qualidade (Unesco, 2025).

A realização do Global Education Meeting, em 2024, reforçou a urgência de que os países avancem em reformas capazes de enfrentar desigualdades e garantir aprendizagens significativas. Nesse contexto, a PNAEM representa não apenas uma resposta interna, mas também uma tradução dos compromissos globais em políticas nacionais, assumindo a missão de articular inovação curricular, equidade e sustentabilidade.

Educação para a sustentabilidade e competências do século XXI

A literatura internacional sublinha que os currículos do século XXI devem desenvolver competências transversais, como resolução de problemas, colaboração e pensamento reflexivo, integradas a valores de sustentabilidade (Unesco, 2025).

No Brasil, a PNAEM incorpora esses princípios ao atualizar a BNCC e as DCNEM, estabelecendo que o ensino médio não deve limitar-se à memorização de conteúdos, mas promover aprendizagens que preparem os jovens para enfrentar os desafios sociais e ambientais atuais.

Relatos de revisão de literatura mostram que experiências de flexibilização curricular, quando acompanhadas de suporte pedagógico e recursos adequados, contribuem para o engajamento estudantil e para melhores resultados de aprendizagem. Desse modo, a política

reafirma sua fundamentação em evidências reconhecidas por órgãos nacionais e internacionais (Brasil, 2025; Unesco, 2025).

Desafios e lacunas de implementação

Apesar dos avanços normativos, a literatura evidencia que a implementação da PNAEM enfrenta desafios significativos. Relatórios do MEC apontam desigualdades regionais na oferta dos itinerários formativos, dificuldade de reorganização das matrizes curriculares e insuficiência de estratégias de monitoramento (Brasil, 2024; 2025).

Outra lacuna refere-se à ausência de estudos que examinem a percepção de professores e estudantes sobre a política e suas práticas. A Unesco enfatiza que reformas educacionais somente se consolidam quando acompanhadas de processos de avaliação contínua e de políticas que levem em conta a diversidade das realidades escolares (Unesco, 2025).

METODOLOGIA

A pesquisa adotou a abordagem de revisão integrativa da literatura, escolhida por possibilitar uma análise abrangente de documentos legais, relatórios institucionais e produções científicas sobre o Ensino Médio brasileiro e sua reconstrução normativa a partir da Política Nacional de Ensino Médio (PNAEM).

A opção por esse tipo de revisão justifica-se pela necessidade de reunir e interpretar evidências já produzidas, identificando tendências de consolidação, avanços e lacunas que permanecem no debate educacional.

Essa escolha metodológica garante coerência interna ao estudo, uma vez que o objetivo central consiste em analisar a PNAEM como um movimento de reconfiguração curricular e política, sem recorrer à coleta de dados empíricos primários, mas apoiando-se em achados previamente consolidados.

As fontes consultadas foram bases de dados de reconhecida relevância acadêmica, como Scopus, Web of Science e SciELO, além de buscadores complementares como Google Scholar, que permitiram ampliar o alcance para literatura cinzenta e documentos técnicos de acesso aberto.

Também foram incluídas publicações institucionais oficiais disponibilizadas no portal do Ministério da Educação e nos repositórios da UNESCO, por representarem fontes primárias de referência no campo das políticas públicas educacionais.

A escolha dessas bases e portais decorre de sua abrangência e credibilidade, permitindo reunir estudos nacionais e internacionais de alta qualidade sobre o tema.

Para assegurar amplitude na busca, foram definidos descritores em português e inglês, incluindo expressões como “Política Nacional de Ensino Médio”, “Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio”, “Base Nacional Comum Curricular”, “educational reform in Brazil” e “UNESCO education policy”.

Esses termos foram combinados com operadores booleanos, de forma a recuperar resultados que contemplassem diferentes abordagens do tema. A aplicação das strings de busca seguiu a lógica de combinação, como, por exemplo: “Política Nacional de Ensino Médio” AND “BNCC” AND “UNESCO” ou “Brazil” AND “secondary education policy” AND “curriculum reform”.

O processo de seleção dos estudos respeitou critérios de inclusão e exclusão previamente definidos. Foram considerados relevantes artigos, relatórios, pareceres e resoluções publicados no período em que ocorreram a formulação e atualização da BNCC, a reestruturação do Ensino Médio e a institucionalização da PNAEM.

Foram incluídos apenas estudos disponíveis integralmente e que tratassem de forma direta das mudanças curriculares, legais e institucionais relacionadas ao Ensino Médio. Excluíram-se produções que não apresentassem relação com o objeto de pesquisa, além de textos duplicados ou sem consistência metodológica suficiente para sustentar análises interpretativas.

A coleta e organização dos dados seguiram quatro etapas inspiradas no protocolo Prisma: identificação, triagem, elegibilidade e inclusão. Na fase de identificação, recuperaram-se estudos por meio das bases de dados e documentos institucionais.

Na triagem, títulos e resumos foram avaliados com base nos critérios estabelecidos. A etapa de elegibilidade envolveu a leitura integral dos textos selecionados para verificar sua pertinência e qualidade.

Por fim, na inclusão, os estudos aprovados foram sistematizados em uma planilha, contemplando informações como autor, ano, tipo de documento, objetivos e principais contribuições. Esse processo garante transparência e reprodutibilidade, permitindo que outros pesquisadores compreendam claramente as escolhas metodológicas adotadas.

A análise dos dados ocorreu por meio de leitura interpretativa e comparativa, considerando tanto os documentos normativos do MEC quanto os relatórios e recomendações da Unesco. Foram privilegiados autores clássicos do campo educacional que fundamentam a compreensão da escola como espaço de formação integral, ao lado de pesquisadores recentes que discutem os desafios do Ensino Médio brasileiro.

Essa estratégia permitiu construir um referencial diversificado e atualizado, capaz de iluminar a política a partir de diferentes ângulos, mantendo coerência entre o problema investigado, os objetivos do estudo e a literatura mobilizada.

A metodologia aqui descrita cumpre a função de sustentar a investigação de forma sistemática, garantindo que a análise da PNAEM como processo de reconstrução e ação esteja ancorada em evidências teóricas consistentes.

Ao estruturar o percurso de busca, seleção e análise, o estudo assegura rigor acadêmico, transparência e validade, além de oferecer uma proposta capaz de contribuir para o enfrentamento dos desafios identificados no campo das políticas educacionais do Ensino Médio.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da revisão da literatura apontam que a Política Nacional de Ensino Médio (PNAEM) consolidou-se como eixo normativo de reestruturação curricular e pedagógica no Brasil, respondendo a demandas históricas de revisão da etapa final da educação básica. Documentos legais recentes, como a Resolução CNE/CEB nº 2/2024, a BNCC revisada e os pareceres emitidos em 2025, evidenciam a busca por maior flexibilidade curricular, pela ampliação dos itinerários formativos e pela valorização da formação integral (Brasil, 2024; Brasil, 2025).

Ao sistematizar os achados, observa-se que a PNAEM organiza-se em torno de três eixos centrais: consolidação da BNCC, implementação dos itinerários formativos e articulação com a agenda global da Unesco para a educação até 2030.

Essa configuração aparece detalhada em diferentes relatórios institucionais e reforça a tentativa de alinhar o ensino médio brasileiro a princípios de equidade, sustentabilidade e inovação pedagógica (Unesco, 2025).

Tabela 1 – Principais diretrizes normativas da PNAEM (2018–2025)

Documento	Ano	Contribuição central
BNCC – Ensino Médio	2018–2025	Define competências gerais e específicas para a etapa
Resolução CNE/CEB nº 2	2024	Institui novas DCNEM, incluindo itinerários formativos
Parecer CNE/CEB nº 7	2025	Regulamenta os Itinerários Formativos Ampliados
Relatório PCEB 007	2025	Orienta implementação da Resolução CNE/CEB nº 2/2024
Lei nº 14.945	2024	Estabelece legalmente a PNAEM como política nacional

Fonte: MEC/CNE (2018–2025).

Os documentos analisados convergem ao enfatizar que a flexibilidade curricular é condição essencial para ampliar as oportunidades formativas dos estudantes. Contudo, há divergências entre a norma e a prática: relatórios como o MEC em 2024 apontam dificuldades regionais para assegurar infraestrutura e recursos humanos adequados à efetiva implementação dos itinerários, o que pode comprometer a equidade entre redes públicas e privadas (Brasil, 2025).

Outro resultado relevante refere-se à articulação internacional. O Brasil tem assumido compromissos com a Unesco, como registrado no Global Education Meeting de 2024 e nos relatórios sobre Educação para o Desenvolvimento Sustentável (Unesco, 2024; 2025).

Essas iniciativas vinculam a PNAEM a um movimento global de atualização curricular, no qual a sustentabilidade e o desenvolvimento de competências do século XXI assumem centralidade.

Tabela 2 – Convergências entre a PNAEM e a Agenda 2030 da UNESCO

PNAEM	Agenda 2030 – UNESCO
Formação integral e competências gerais	Educação inclusiva e equitativa (ODS 4)
Itinerários formativos ampliados	Flexibilidade e inovação curricular
Sustentabilidade como eixo transversal	Educação para o Desenvolvimento Sustentável
Valorização da cidadania e protagonismo estudantil	Formação para participação democrática

Fonte: MEC (2024–2025); UNESCO (2024–2025).

A discussão desses resultados permite compreender que a PNAEM não apenas atualiza a legislação educacional, mas reposiciona o Ensino Médio brasileiro no cenário internacional. O alinhamento com a Unesco reforça o caráter estratégico da política, embora as dificuldades de implementação sinalizem a necessidade de acompanhamento constante e de políticas complementares voltadas à formação de professores, financiamento e monitoramento.

A literatura revisada mostra que há consenso quanto à relevância da reforma, mas persistem lacunas sobre sua efetividade. Enquanto autores e relatórios destacam o potencial da política para transformar a experiência escolar, dados preliminares sugerem que a heterogeneidade das redes e a desigualdade de condições estruturais podem limitar seu alcance (Brasil, 2025; Unesco, 2025). Essa tensão entre expectativa normativa e realidade educacional constitui um campo fértil para novas pesquisas e análises futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida permitiu retomar o problema inicial, que consistia em compreender de que forma a Política Nacional de Ensino Médio (PNAEM) se estrutura como instrumento de reconstrução e ação no campo educacional brasileiro.

O objetivo de investigar os principais documentos normativos e institucionais, bem como sua articulação com a agenda internacional da Unesco, foi atingido ao evidenciar os três eixos centrais da política: consolidação da BNCC, implementação dos itinerários formativos e alinhamento às metas globais da Agenda 2030.

Os achados da revisão de literatura indicam que a PNAEM representa um avanço na tentativa de superar a fragmentação histórica do ensino médio, ao promover maior flexibilidade curricular e valorizar a formação integral. O diálogo com compromissos internacionais reforça a

pertinência da política, uma vez que incorpora dimensões de equidade, sustentabilidade e desenvolvimento de competências do século XXI.

Ao mesmo tempo, foram identificados desafios expressivos, como a desigualdade de condições estruturais entre redes e regiões, a necessidade de formação docente continuada e a carência de mecanismos consistentes de monitoramento e avaliação.

Do ponto de vista prático, os resultados sugerem que a efetiva implementação da PNAEM depende da articulação entre recursos pedagógicos, financiamento adequado e programas de apoio aos sistemas de ensino. Ferramentas como indicadores de acompanhamento, plataformas digitais de gestão curricular e políticas de formação docente sustentadas em evidências podem favorecer a consolidação da proposta.

Teoricamente, o estudo contribui ao demonstrar como a reforma dialoga com tradições pedagógicas voltadas à formação integral, ao mesmo tempo em que incorpora tendências internacionais, situando o Brasil em um movimento global de atualização curricular.

Quanto às limitações, reconhece-se que a análise se apoiou exclusivamente em documentos legais, relatórios institucionais e literatura secundária, sem recorrer a dados empíricos coletados em campo. Essa escolha metodológica, embora adequada ao objetivo do estudo, restringe a compreensão sobre a percepção de professores e estudantes diante da PNAEM.

Futuras pesquisas poderão aprofundar essa dimensão, investigando a implementação concreta da política em diferentes contextos escolares, bem como os impactos efetivos sobre o engajamento e a aprendizagem dos estudantes.

Em síntese, a PNAEM representa uma oportunidade singular de reconfigurar o ensino médio no Brasil, alinhando-o a padrões internacionais de qualidade e às necessidades contemporâneas de formação integral. Contudo, sua viabilidade depende da capacidade de transformar princípios normativos em práticas educativas sustentáveis, apoiadas por recursos, políticas consistentes e acompanhamento permanente.

A contribuição deste artigo reside em evidenciar tanto os avanços quanto os obstáculos dessa trajetória, indicando que o êxito da política está diretamente condicionado à integração entre formulação, execução e avaliação contínua.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – Portal. Brasília, DF: MEC, 2018–2025 (atualizações contínuas). Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. CNE aprova novas diretrizes para o ensino médio. Brasília, DF: MEC, 8 nov. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/novembro/cne-aprova-novas-diretrizes-para-o-ensino-medio>. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. MEC em 2024. Brasília, DF: MEC, 14 mar. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/institucionais/mec-2024.pdf>. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. O que muda no ensino médio a partir de 2025. Brasília, DF: MEC, 15 ago. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/agosto/o-que-muda-no-ensino-medio-a-partir-de-2025>. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Ensino Médio (PNAEM). Brasília, DF: MEC, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/politica-nacional-ensino-medio>. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Sancionada lei que reestrutura o ensino médio. Brasília, DF: MEC, 15 ago. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/agosto/sancionada-lei-que-reestrutura-o-ensino-medio>. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação; Conselho Nacional de Educação. BNCC – Ensino Médio (página CNE/MEC). Brasília, DF: MEC/CNE, 2024–2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/bncc-2013-ensino-medio>. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação; Conselho Nacional de Educação. Pareceres CEB 2025 (inclui Parecer CNE/CEB nº 7/2025 – IFAs e Parecer CNE/CEB nº 8/2025 – DCNEM). Brasília, DF: MEC/CNE, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/parecer-ceb-2025>. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação; Conselho Nacional de Educação. Relatório/Informativo PCEB 007/2025 (orientações decorrentes da Resolução CNE/CEB nº 2/2024 sobre DCNEM e IFAs). Brasília, DF: MEC/CNE, 10 abr. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/2025/abril/pceb007_25.pdf. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação; Conselho Nacional de Educação. Resoluções CEB 2024 (inclui Resolução CNE/CEB nº 2, de 13/11/2024, que institui as DCNEM). Brasília, DF: MEC/CNE, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes-ceb-2024>. Acesso em: 10 out. 2025.

UNESCO. 2024 Global Education Meeting (#LeadingSDG4), Fortaleza (Brazil). Paris: UNESCO/SDG4-Education 2030, 2024. Disponível em: <https://www.unesco.org/sdg4education2030/en/2024-global-education-meeting>. Acesso em: 10 out. 2025.

UNESCO. Brazil becomes the first country to commit to a national school curriculum on ocean literacy. Paris: IOC/UNESCO, 10 abr. 2025. Disponível em: <https://www.ioc.unesco.org/en/articles/brazil-becomes-first-country-world-commit-national-school-curriculum-ocean-literacy>. Acesso em: 10 out. 2025.

UNESCO. Education 2030 in Brazil. Paris: UNESCO, 2025. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/node/99516>. Acesso em: 10 out. 2025.

UNESCO. Education for Sustainable Development in Brazil. Paris: UNESCO, 28 maio 2025. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/node/99531>. Acesso em: 10 out. 2025.

UNESCO. UNESCO Office in Brasília – Education. Brasília: UNESCO Brasil, 2025. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/fieldoffice/brasilia>. Acesso em: 10 out. 2025.